

Estados Unidos e Brasil: as primeiras tratativas entre Barack Obama e Luís Inácio Lula da Silva

United States and Brazil: the first talks between Barack Obama and Luís Inácio Lula da Silva

Virgílio Caixeta Arraes*

Boletim Meridiano 47 vol. 16, n. 152, nov.-dez 2015 [p. 3 a 12]

Introdução

O relacionamento entre o Brasil e os Estados Unidos não passou por dificuldades de monta durante os dois exercícios de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) à frente da Presidência da República (Hirst, 2009, p. 151-166). O objetivo do presente artigo é identificar os principais pontos de proximidade entre os dois países, a datar do início do mandato do presidente Barack Obama, a datar de janeiro de 2009.

Com o retorno dos democratas à Casa Branca, após oito anos de ausência, havia expectativa positiva por boa parte dos dirigentes latino-americanos de que maior atenção seria destinada ao continente, posto de lado na pauta dos formuladores de política externa. Após o atentado terrorista de setembro de 2001, a prioridade nos primeiros anos do século vinte e um para os estadunidenses era sem hesitação a segurança.

Como consequência, a justificativa de Washington havia sido a de dedicar à população prioridade no combate ao terrorismo, de extração fundamentalista, em especial na região médio-oriental e imediações. Duas confrontações de significativo porte foram debalde empreendidas ao longo da década passada: Afeganistão e posteriormente Iraque.

No transcorrer da campanha presidencial, Barack Obama havia prometido aproximar-se mais da América do Sul, haja vista o manifesto desinteresse da gestão republicana aos países de cá, a não ser que compusessem o arco político do bolivarianismo, liderado pela Venezuela de Hugo Chávez. Isto foi possível graças aos aumentos desproporcionais do petróleo ocasionados, por sua vez, durante as campanhas bélicas ocidentais no Oriente Médio.

Não houve nos primeiros meses do novel governo norte-americano nenhuma medida destoante dos anos anteriores da relação, de maneira que a espera ansiosa por alteração se dissolveria de forma gradativa. Deste modo, a frustração de Brasília com a postura de Washington, mesmo contida nas manifestações diplomáticas, mais uma vez ocorreria.

Na esperança de uma corrente mais favorável

O aguardamento de que a administração democrata seria distinta da republicana com vistas à relação com os países da América Latina ainda perdurou nas primeiras semanas após a posse de Barack Obama no

1 Universidade de Brasília, Departamento de História, Brasília – DF – Brasil (arraes@gmail.com).

final de janeiro de 2009. A percepção não decorria de um posicionamento idealista do Planalto, mas da análise realista da necessidade de maior contato, haja vista a gama de questões de interesse mútuo como na parte de política com Cuba, Venezuela, Colômbia e Bolívia ou na de economia com a diminuição de barreiras para produtos agrícolas.

Como desenrolamento da longa espera de oito anos da conturbada gestão militarizada de George Bush Jr, o presidente Lula da Silva deslocou-se à capital estadunidense no alvorecer de março de 2009, com o propósito de renovar os laços de amizade e, deste modo, de reforçar o segmento comercial, em decorrência da imperatividade de reagir de forma ágil à crise econômica global iniciada poucos meses antes nos próprios Estados Unidos.

Mostrar-se-ia correta a preocupação do governo naquele momento, uma vez que as exportações para o território estadunidense em 2009 se reduziriam em mais de quarenta por cento – de quase 27 bilhões e 500 milhões de dólares para pouco mais de 15 bilhões e quinhentos milhões de dólares (Estatísticas do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2015).

Entretanto, a posição de cada um dos dois não se deparava com um ponto de afinidade muito próxima: ao passo que a do presidente brasileiro orientava-se para o segmento econômico, em especial no campo do biocombustível, por causa dos efeitos do choque mundial, a do norte-americano orientava-se de maneira essencial para a política, isto é, para a fixação de Brasília diante de Washington como o moderador viável perante Caracas, Havana e La Paz.

Tal disposição se manifestava em virtude da menor capacidade de circulação da diplomacia de países mais próximos dos Estados Unidos como Canadá e México com a mencionada trinca populista/nacionalista.

Além do mais, a Casa Branca ansiava que o Planalto hipotecasse mais apoio à atuação regional contra atividades ilícitas como contrabando e, em especial, narcotráfico, por exemplo. No último ponto, a justificativa subscrita era a de que o país era o mais desfavorecido no cotidiano, em decorrência das extensas fronteiras com Colômbia, Peru e Bolívia, avaliados como produtores de grande porte de matéria prima – folha de coca – ou distribuidores.

No tocante a La Paz, Washington expôs sua insatisfação com o encerramento da antiga colaboração formal entre os dois governos, materializada na defenestração de vários servidores da Drug Enforcement Agency (DEA) de lá em setembro de 2008, e com o estabelecimento de que o embaixador seria considerado *persona non grata*. Alguns dos agentes seriam transferidos para o próprio território brasileiro, o que comprovava para os estadunidenses a boa vontade da administração trabalhista com a democrata em um item bastante melindroso em vista do aspecto da soberania (Department of State, 2009).

Concernente a Havana, os norte-americanos optaram pelos bons préstimos de Brasília aos de Caracas ou mesmo aos de Moscou com a unida irmandade Castro. Os dois governos eram observados como extremamente contrários aos interesses dos Estados Unidos no Caribe, por ser estimada desde o século dezenove (Doutrina Monroe) como área de tradicional supervisão do país (Moniz Bandeira, 1973, p. 49-54).

Naquela altura, a cotação do barril do petróleo não estava em patamares tão altos, como até o começo do terceiro trimestre de 2008, sendo um dos efeitos imediatos do baque econômico, mas o preço iria ao longo de 2009 se recompor, ainda que não atingisse mais os padrões recentes do passado (United States Energy Information Administration, 2015).

No Brasil, a recuperação do valor da venda de petróleo reforçava a expectativa de se poder ampliar a exportação do etanol, cuja produção aumentava de maneira rápida nos últimos anos. No entanto, a quantidade para 2009 seria menor, ao gravitar em torno de 25 bilhões de litros, segundo estimativas do Ministério da Agricultura. O resultado final seria um pouco mais de 26 bilhões de litros, um bilhão a menos que 2008 (União dos Produtores de Bioenergia, 2015).

A lamentação maior do governo brasileiro conectava-se com o imposto próximo de quinze centavos de dólar para cada litro importado pelos distribuidores norte-americanos, o que dificultava transpor a remessa de mais de um bilhão e meio de litros para uma sociedade em torno da qual o consumo anual total situava-se acima de meio trilhão de litros – o imposto de importação seria somente suspenso a partir de 1º de janeiro de 2012 por medida do Senado (U.S Biofuel Policy, 2015; International Centre for Trade and Sustainable Development, 2012).

Adicionava-se à consagrada barreira alfandegária a existência da nascente crise econômica norte-americana, natural desembocadura de menor procura por combustíveis.

Em 2009, a importação do biocombustível seria a mais baixa dos últimos anos em solo norte-americano – quase 750 milhões de litros, equivalente a menos de dois por cento do consumo anual do produto, enquanto no ano anterior a quantia havia sido de pouco mais de dois bilhões de litros, correspondentes a pouco menos de sete por cento. (Renewable Fuels Association, 2015).

Sem sombra de dúvida, o deslocamento do mandatário brasileiro auxiliou a revigorar o pleito do agronegócio, ao bradar contra amplo e rigoroso protecionismo vigente nos Estados Unidos – para tanto, basta rememorar a campanha do ‘Buy American’ que incentivava, por exemplo, a compra de ferro e aço fabricados localmente (Energy Department, 2015).

Além do entrave do acesso ao biocombustível de origem da cana de açúcar, o Planalto preocupava-se com os óbices postos ao algodão e laranja, uma vez que a Casa Branca preparava-se para diminuir a concessão de subsídios a pequenos e médios fazendeiros somente a partir de 2012 (International Centre for Trade and Sustainable Development, 2010).

De certa forma, a despeito da retórica de teor combativo do Brasil – expressa pela vontade de uma nova arquitetura mundial onde haveria a recomposição das organizações internacionais e a maior regulamentação do sistema financeiro – o posicionamento político do presidente Lula da Silva não diferia muito do de seu predecessor.

Se observadas várias gerações da história republicana do Brasil, trabalhistas e socialdemocratas do século vinte e um ressuscitaram a prática econômica do período da República Velha (1889-1930), amparada, por seu turno, em linhas gerais na agroexportação e na ‘financeirização’ emanada esta a partir do centro do capitalismo o qual naquele momento localizava-se na Grã-Bretanha (Singer, 1989, 347-367).

O baque econômico global do final de 2008 modificou a programação diplomática dos Estados Unidos. Em virtude dela, questões conectadas com a segurança nacional, como terrorismo e geopolítica médio-oriental, por exemplo, atraíram para si de maneira passageira menor atenção, até em decorrência da necessidade de adoção de medidas emergenciais para amenizar os efeitos financeiros mais adversos e imediatos.

Destarte, a visita do presidente Lula da Silva a Barack Obama nos primeiros dias de março de 2009 buscou equilibrar o interesse do Brasil entre a economia e a política, ainda que a primeira tivesse naturalmente mais premência.

Por um lado, não houve menção alguma a uma hipotética reformulação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, momento em que o país esperaria o convite das grandes potências para ingressar nele como membro definitivo, caso houvesse a concordância no tocante à ampliação do número de assentos – hoje, são meros cinco.

Por outro, o Planalto valeu-se daquele histórico encontro para encaixar-se como o moderador da América do Sul tanto pela visão venezuelana como pela norte-americana notadamente. Indicador político dessa perspectiva foi o fato de ter sido o líder brasileiro o primeiro dirigente do continente a ser recebido pelo mandatário norte-americano.

Malgrado o presidente Lula da Silva mencionar que não usufruía de nenhum tipo de procuração dos demais governos da região para tratativas, havia por parte de Barack Obama a necessidade de ter um interlocutor confiável – e além disso respeitável – junto à Bolívia, Equador, Venezuela e mesmo Cuba (Peixoto, 2009).

Naquele momento, os Estados Unidos estavam apreensivos com o eventual desdobramento pouco positivo da Quinta Cúpula das Américas, a ser realizado em Trinidad e Tobago logo depois daquela visita, isto é, em abril. Diante de possível adversidade, não havia como desconsiderar a importância do Brasil caso ele se dedicasse a desanuviar tensões momentâneas de certo alcance (Cúpula das Américas, 2009).

Dado o posicionamento de Washington de confiar a Brasília a interlocução, esta se propôs a modificar a forma de combate ao narcotráfico na América do Sul, ao valorizar a responsabilidade local de todos os países em detrimento da constante presença norte-americana, em especial na Colômbia e outrora na Bolívia, com o fito da repressão com feitiço militarizado.

A justificativa alardeada era a da preservação da soberania, ao não transferir a estrangeiros parte de sua própria responsabilidade na contenção de ilícitos transnacionais no continente. Deste modo, a vontade era a de estabelecer um conselho via União Sul-Americana de Nações (UNASUL) – isto seria apenas concretizado no ano seguinte.

Paralelamente, a atenção do Brasil endereçou-se à recuperação das negociações da Rodada Doha com o propósito de alargar a abertura comercial mundial. Todavia, ele reconhecia que não havia condições políticas em muitos países para prosseguir com tal norte, como era o caso do próprio governo dos Estados Unidos, influenciado pela pressão protecionista da sociedade.

No segmento continental, a proposta de reviver a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) não logrou mais entusiasmo irrestrito, uma vez que a Casa Branca não se dispunha a enfrentar com afinco o poderoso lóbi interno do setor agrícola. Como consequência, o apoio de Washington, se fosse obtido, não teria repercussão profunda em negociações planetárias.

Ao mesmo tempo, o governo brasileiro teve como aspiração que o G-20, constituído em 1999, fosse impulsionado nos debates econômicos mundiais em preferência ao tradicional G-8.

Na visão do Planalto, o grupo ampliado seria o local mais adequado para que os países em desenvolvimento pudessem melhor contribuir para o propósito de superar os efeitos mais deletérios do baque econômico de 2008. Todavia, na prática, isso não se concretizou porquanto a Casa Branca não demonstrou muito ânimo com esta proposta.

Na realidade, a visita do presidente Lula da Silva a Barack Obama não proporcionou ao Brasil nenhuma concessão ou vantagem no curto prazo, dado que o próprio titular da Casa Branca não advogava a favor da suspensão das barreiras alfandegárias para o biocombustível, a despeito do posicionamento diferenciado de membros de seu gabinete.

Vindo de Illinois, um dos maiores produtores de etanol de milho, seria natural o presidente sentir-se constrangido a adotar posicionamento favorável à abertura.

No entanto, existiam ao menos dois que discordavam de modo explícito da posição presidencial: Tom Vilsak, do ministério da Agricultura, e Stephen Chu, da pasta de Energia. Mesmo assim, isto não foi suficiente para revigorar o debate sobre o real acesso do mercado dos Estados Unidos (Zeleny, Herszenhorn, 2008).

Frustras reuniões multilaterais

A crise econômica de 2008, malgrado os deletérios efeitos por todo o globo, não ocasionou entre as grandes potências o desejo de modificar *de facto* as organizações mundiais. Nem mesmo às vésperas daquela quebra, houve manifestação favorável à alteração da estrutura de poder entre os principais países, com o

natural propósito de se estabelecer maior supervisão sobre as atividades financeiras. Desta maneira, caso ela fosse executada, prevenir-se-iam novos acontecimentos inoportunos.

Em abril de 2009, o G-20 reuniu-se em Londres, uma das praças financeiras mais tradicionais da Europa Ocidental. A importância da seleta agremiação derivava da justificativa de congregar cerca de quatro quintos do produto interno bruto de todo o planeta (G 20 Information Centre, 2009).

Sem manifestações à vista de modificações muito amplas, o objetivo imediato do grupo era o de ampliar a quantia estocada no Fundo Monetário Internacional (FMI), desde que voltada para empréstimos a países com maiores dificuldades de equilibrar a economia.

No começo, isto representaria alargar a reserva de cerca de 250 bilhões de dólares da organização até quatro vezes, especialmente se voltada de forma prioritária para o auxílio de ‘emergentes’ bastante enfraquecidos, simpático floreio verbal para sociedades subdesenvolvidas.

O Brasil chancelou a medida sem restrições, mesmo sem compor com os principais financiadores do Fundo Monetário como o Japão ou a própria União Européia – os Estados Unidos e a China nem sequer expressaram com quanto poderiam contribuir.

Possuidor de menos de dois por cento e meio das cotas daquela instituição, Brasília se dispôs a emprestar-lhe recursos, ao pretender investir nos títulos da própria organização, a despeito de não ser um dos integrantes mais robustos do G-20. Nisso, ele se assemelhava à Indonésia, Índia e África do Sul. Na América Latina, aspirantes à ajuda logo vieram à tona. Um dos primeiros postulantes foi o México.

Mais uma vez, quando do despontar da crise, os bancos foram objeto da atenção maior dos governos, ao se esforçarem eles para impedir a falência do setor, não obstante a repetitiva retórica neoliberal da autossustentação perene.

Destaque-se que o auxílio a casas bancárias de grande porte não foi uma intervenção inédita na história contemporânea. Por exemplo, depois da crise de outubro de 1929, o governo norte-americano, sob a titularidade republicana, ajudou-os também bastante.

Nos dois casos, a justificativa para a generosa mão estendida àquele segmento era a de obstar a existência do chamado efeito dominó internamente, sem se importarem muito os dirigentes quanto aos custos sociais da singular caridade governamental e à contrapartida adequada do setor privado para enfrentar as piores derivações daquelas quebras.

Como exemplo, não se mencionou naquela cúpula a necessidade de se debater a continuidade dos paraísos fiscais, porém tão-somente a de apená-los de maneira eventual, de se aperfeiçoarem os mecanismos globais de supervisão, algo desejado pela França ou de se fiscalizarem as agências de avaliação de risco, a despeito de o anfitrião do encontro, o primeiro-ministro Gordon Brown, ter dito que era o final da época do ‘Consenso de Washington’ (Washington Post, 2009 abr).

Ao cabo da importante reunião, em decorrência daquele momento extremamente tumultuado, governo algum, nem mesmo entre os do Terceiro Mundo, decidiu queixar-se da inexistência de propostas mais ousadas para conter os desdobramentos mais negativos da crise.

A falta de propostas dos governantes com consequências céleres e incisivas derivaria em tese da necessidade de obter a autorização junto aos respectivos parlamentos nacionais, o que demandaria um processo extenso de consulta e deliberação.

Embora o Brasil esperasse maior apoio econômico aos países em desenvolvimento, ele concordou com a concentração temporária dos recursos no Fundo Monetário Internacional, o que ia ao encontro das aspirações dos Estados Unidos, principal cotista do organismo.

Marcante naquela cúpula londrina na relação amero-brasileira, mesmo sem desenrolamento prático e com características quicá folclóricas, foi a manifestação de forma espontânea do presidente Barack Obama sobre

Lula da Silva: É este o cara! Animado, o dirigente brasileiro logo retribuiria o elogio ao seu correspondente norte-americano (Huffington Post, 2009).

Duas semanas mais tarde, a Quinta Cúpula das Américas, em Trinidad e Tobago se realizaria, tempo em que o Brasil desdobrar-se-ia em postar-se como o melhor mediador político entre Caracas e Washington.

Todavia, a Casa Branca dirigiu sua atenção para Havana, em decorrência da longa duração do contencioso ideológico e da importância eleitoral perante um dos seus estados mais importantes, a Flórida, onde haitianos e cubanos compunham as duas principais comunidades estrangeiras.

Diante dos eventos transcorridos nos primeiros meses de 2009, pode-se afirmar que o ponto de maior expectativa entre Estados Unidos e Brasil encontrava-se na política externa, porém sem relação direta entre o governo democrata e o trabalhista. A questão relacionava-se com o status oficial de Cuba diante dos demais países da região, no caso perante a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Na visão de Brasília, chegava-se finalmente ao tempo de se encerrarem a suspensão política e, por conseguinte, o embargo econômico imposto a Havana havia décadas.

As medidas ainda vigentes eram um anacronismo, uma vez que haviam sido originadas no período da Guerra Fria, de característica bipolar; aos olhos de Washington, havia condições de eliminá-lo. No entanto, não se sabia avaliar de que forma e em que tempo.

Na perspectiva da agremiação bolivariana, Caracas e La Paz notadamente, o momento de melhor tratar o tema naquela fase era na Quinta Cúpula das Américas. Com a posse do presidente Barack Obama em janeiro daquele ano, considerava-se ele menos conservador que seu antecessor republicano, George Bush Jr.

Diante disso, Venezuela e Bolívia avaliavam aquela cimeira como a primeira grande oportunidade para debater com os Estados Unidos a modificação do histórico tratamento dispensado a Cuba, isto é, o cancelamento da suspensão do pequeno país caribenho junto à OEA.

Na reunião da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), em dezembro de 2008, o presidente Evo Morales havia instado o fim do embargo a Cuba. O pleito foi aceito de pronto pelas delegações presentes e integrou a declaração final daquele encontro.

Caso não ocorresse a extinção do embargo econômico, propunha então o mandatário boliviano a retirada dos representantes dos Estados Unidos junto aos países membros da entidade. Esta sugestão não contou com o apoio do Brasil, visto que havia sido considerada inadequada para a solução do problema (Wikileaks, 2008).

O Planalto considerava improvável a revogação no curto prazo da punição aplicada ao governo cubano pelos Estados Unidos. Tolhida pela intolerância de boa parte do parlamento, a Casa Branca não iria ousar demais.

Entretanto, Washington aguardava um aceno de Havana com o propósito de esboçar uma distensão, relacionada com a circulação de pessoas ou com o envio de remessas, por exemplo. Tais medidas poderiam provavelmente satisfazer o arco bolivariano no curto prazo.

Cuba, a despeito da satisfação com a manifestação favorável da chancelaria boliviana e da venezuelana, não queria que os Estados Unidos avaliassem a movimentação bolivariana além da repercussão mercadológica ou do desejo de obtenção de prestígio interno e, destarte, retrucassem os norte-americanos com a confirmação do *status quo*, ou seja, o do isolamento político de modo indefinido.

Ao longo da disputa presidencial estadunidense de 2008, os democratas indicaram por mais de uma vez a necessidade de aproximar-se do continente, injustamente posto de lado, em função do peso destinado à política de segurança, voltada em excesso por seu turno para o Oriente Médio e adjacências.

Depois da chegada à Casa Branca em janeiro de 2009, eles apontaram a possibilidade de preenchimento de um cargo de plenipotenciário orientado apenas para a região, com a expectativa de até despachar diretamente com o próprio presidente. De forma paralela, havia a alternativa de substituir de maneira gradativa os

embaixadores nomeados pela gestão anterior. Com isso, buscar-se-ia um perfil menos conservador ou mais afeito às reivindicações da região.

Sem um indicativo interno de transformação sociopolítica em Cuba, não existiria sinalização alguma por parte do Departamento de Estado de modificar o comportamento da presidência da República também. Diante de um cenário desanimador, qual o norte a ser adotado por Havana, portanto?

De modo provável, a adoção do modelo chinês em escala menor, ou seja, a manutenção de uma única agremiação partidária com um rígido capitalismo de Estado, direcionado, em um primeiro momento, para o potencial havia muito contido do turismo, do agronegócio, com a valorização da cana de açúcar e do tabaco, e mesmo petróleo.

Defronte da ausência de entendimento entre Washington e Caracas-La Paz, Havana escolheu ratificar Brasília como o interlocutor preferencial nas conversações – informais – com a tecnocracia estadunidense. Tentativa de cooperação, não de confrontação era o almejo dos cubanos.

Dias antes do começo do encontro de Trinidad e Tobago, a chegada do ministro das Relações Exteriores, Bruno Rodríguez, à capital brasileira sinalizou a posição cubana de entabular negociações, mas com cautela. (Folha de São Paulo, 2009).

A prevenção se justificava certamente, haja vista que a Declaração de Compromisso da Quinta Cúpula das Américas não fez alusão alguma à condição histórica de isolamento do polêmico país.

De todo modo, havia tempo na avalição cubano-brasileira para persuadir o governo de Barack Obama a adotar nova posição até a realização da assembléia geral da OEA em junho daquele mesmo ano em Honduras.

O desejo principal da Casa Branca foi o de superar de maneira gradual dois importantes espectros: um havia sido originado ainda na Guerra Fria. O castrismo – ou na outra denominação diante da rivalidade amero-soviética, o castrocomunismo – subsistia como reminiscência de um período de intensa oposição a Washington;

O outro era advindo como fruto mais recente do desencanto da globalização neoliberal, o chavismo, de alcance político maior, em decorrência de ter podido ser impulsionado durante muitos anos por uma temerária petrodiplomacia, por causa da instabilidade do preço do produto nos últimos anos.

Na cimeira, Venezuela, Bolívia e Equador enfeixaram-se bem mais à esquerda, ao solicitar incisiva e celeremente o ingresso de Cuba à rotina diplomática do continente, através do cancelamento da exclusão junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). No entanto, Brasil, Colômbia, Chile e Peru não compartilharam da mesma urgência.

Aos olhos do presidente estadunidense, quase meio século de boicote à pequena ilha caribenha já não fazia sentido algum. Ademais, o ponto de atrito significativo entre os dois países conectava-se com a destinação de Guantánamo como presídio de segurança máxima pelos Estados Unidos.

Embora a distensão ocorresse apenas no segundo mandato de Barack Obama, houve a expectativa por parte da chancelaria brasileira de que a Casa Branca pudesse preparar a indicação de um nome para ser um negociador temporário com poderes especiais.

Sem a vigência da disputa bipolar, Cuba, com pouco mais de 10 milhões de habitantes, havia-se transformado em um fragmento histórico em pouco tempo.

Citada por vezes como fonte de inspiração para segmentos da esquerda, com o objetivo de possível comprovação de resistência ao longo do tempo a Washington, ou de agastamento para setores da direita, com o propósito de realçar o autoritarismo anacrônico de Havana, ela necessitava de fato de modernizar-se.

Na apreciação da diplomacia do Brasil, o caminho para isso passaria pelo reatamento com a Casa Branca, através da contribuição do Planalto.

Se a convergência entre os dois adversários naquela fase se materializasse, isto teria sido um marcante êxito da postura presidencial, independentemente do prisma sob o qual a atualização do governo cubano se manifestaria em termos políticos e econômicos no século vinte e um.

Indo para o prosclínio mundial, ainda no encerramento do primeiro semestre de 2009, no desdobramento de uma tradição sustentada apenas de modo retórico, o governo brasileiro esperançou-se com sua contraparte norte-americana, ao vislumbrar a possibilidade de garantir para si uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU), caso se cogitasse a implementação de mais assentos, a partir de uma solicitação da Secretaria-Geral do próprio organismo ou da iniciativa dos membros conciliares fixos.

Acalentado no canto da sereia do ministério das Relações Exteriores, o Planalto havia-se aproximado no primeiro mandato do presidente Lula da Silva da Índia, Alemanha e Japão, mais tarde autodenominados G-4, com o fito de conseguir aquela importante alteração regimental (Cox, 2009, p. 105-108).

Não há dúvida de que ela é necessária por já não adequar-se a instituição onusiana aos tempos contemporâneos, porém, por outro lado, temerária pela ausência de parâmetros objetivos no seio da sociedade internacional para o preenchimento dos futuros lugares.

Em princípio, todas as cinco grandes potências permanentes posicionam-se a favor de uma ampliação do Conselho de Segurança, sem, no entanto, jamais circunstanciá-la.

Na avaliação da chancelaria brasileira, isto por si já seria um ponto de partida bastante positivo. Destarte, destacavam-se de modo benfazejo o posicionamento da Grã-Bretanha e o da França.

Naquele momento, os Estados Unidos, enredados pela desproporcional crise econômica originada em seu próprio território, não se encantavam mais com a questão, nem mesmo para cativar de forma verbal seus aliados mais tradicionais, como o próprio Brasil, o mais confiante na obtenção de tal poderio.

De maneira apropriada, a preocupação de Washington destinava-se à aprovação no seu parlamento de mecanismos dificultosos de mais expansões desmedidas de crédito, o que implicava novo papel no relacionamento nem sempre harmonioso entre o ministério da Fazenda e o Banco Central – Federal Reserve System (FED). Mesmo sem o baque de 2008 equivaler-se ao impacto de 1929, medidas morigeradoras na condução da economia eram imperativas.

Na otimista avaliação de Brasília, uma das principais credenciais seria a inexistência de oposição explícita ao seu pleito por parte dos membros permanentes do Conselho de Segurança, sem considerar no próprio MERCOSUL a ausência de manifestação estimulante ou auspiciosa à candidatura. Na América Latina mesma, o México não avaliava a aspiração do Brasil como expressão de uma legítima representação continental.

Indicativa por parte de Washington de posicionamento desvinculado daquela aspiração imediata e por que não irrealista do país estava a indicação de Thomas Shannon para o posto de embaixador, após passar pela titularidade da Secretaria de Assuntos Hemisféricos – sua aprovação no Senado aconteceria apenas em dezembro daquele ano.

Muito experiente, com 25 anos de carreira diplomática, ele tinha como preocupação temas econômicos, dentro dos quais um dos itens mais complicados era o do biocombustível, objeto de adequada queixa do Brasil por visível dificuldade na exportação para os Estados Unidos diante da preferência comercial concedida a alguns países da América Central (Washington Post, 2009 ago).

A depender da concepção fixada, a visão bonançosa ou condescendente da Casa Branca com o Planalto, concretizada no acolhimento de uma democracia formal e no cumprimento estrito dos severos contratos financeiros, não desencadearia concessões políticas expressivas como posições duradouras de destaque em organizações mundiais de porte.

Na realidade, a posição norte-americana consistia na manutenção apenas de um relacionamento econômico próximo e, por conseguinte, estável, ao se amparar no cotidiano do status de um dos mais significativos importadores do Brasil – em torno de quinze por cento do total em 2008, registre-se.

Conclusão

Durante a razoável convergência temporal entre o mandato de George Bush e o de Lula da Silva (janeiro de 2003 a janeiro de 2009) uma das formas de o Brasil valorizar-se perante os Estados Unidos foi a de postar-se como um prestativo e valioso mediador diplomático, em especial em assuntos vinculados com Argentina, Cuba, Venezuela e até Bolívia.

A posição de intermediação de Brasília foi aceita de bom grado por Washington. Como possível retribuição àqueles bons préstimos regionais, o Planalto esperou debalde maior concessão da Casa Branca à exportação de biocombustível derivado da cana de açúcar, ainda que não fosse no mesmo patamar do tratamento dispensado a governos do Caribe.

Outrossim, aguardou o país a ampliação de sua atuação multilateral, ao sugerir mudanças no funcionamento do Fundo Monetário Internacional, tendo em vista os efeitos deletérios da crise de 2008, ou a recuperação da denominada Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, com a finalidade de pleitear maior acesso para sua produção agrícola.

De todo modo, seria natural o país manter posicionamento similar com o sucessor do presidente republicano, o democrata Barack Obama, haja vista a inexistência de divergências expressivas.

Destarte, ao se avaliarem os principais pontos da pauta política e econômica entre os dois países nos primeiros meses de gestão de Barack Obama, pode-se constatar a sustentação do eixo estabelecido pela gestão predecessora, a de George Bush Jr.

Por outro lado, a recompensa política esperada, ao menos na forma de promessa, não viria: o reconhecimento ao Brasil de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas com o apoio explícito dos Estados Unidos.

Bibliografia

- Hirst, Mônica. *Brasil-Estados Unidos: desencontros e afinidades*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- Singer, Paul. *O Brasil no contexto do capitalismo internacional (1889-1930)*. In: Fausto, Bóris, (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, v.I, t. III.
- Lozada, Carlos. *A conversation with John Williamson, economist*. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/04/09/AR2009040903241.html>>. Acesso em 3 ago 2015.
- The Washington Post. *Corn Power: Sen. Grassley snuffs out dissent on ethanol subsidies – Editorial*. <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/08/04/AR2009080402797.html>>. Acesso em 5 ago.
- Cox, Brian. *United Nations Security Council Reform: collected proposals and possible consequences*. Columbia: South Carolina Journal of International Law and Business. v. 6. n.1, 2009.
- Peixoto, Fabrícia. *O que está em jogo na 5ª Cúpula das Américas*. <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2009/04/090417_entendacupulaamericasfp.shtml>. Acesso em 29 jul 2015.

Jardim, Cláudia. Tom do discurso sobre Cuba divide Brasil e Venezuela. <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2009/04/552110-tom-do-discurso-sobre-cuba-divide-brasil-e-venezuela-em-cupula.shtml>>. Acesso em 4 ago.

Zeleny, Jeff, Herszenhorn, David. Iowa ex-governor picked for agriculture secretary. <http://www.nytimes.com/2008/12/17/us/politics/17appoint.html?pagewanted=all&_r=0>. Acesso em 30 jul 2015.

Resumo

Estados Unidos e Brasil são aliados tradicionais, a despeito de haver divergências em um momento ou outro. Nos primeiros meses da administração do presidente Barack Obama, o Brasil esforçou-se para manter um relacionamento próximo. Nesse sentido, o país aspirou a ser um mediador político no continente e ao mesmo tempo um parceiro econômico importante.

Abstract

United States and Brazil are historical allies, despite of certain disagreements from time to time. In the first months of Barack Obama's government, Brazil tried to keep close ties by trying to be a political mediator in the continent and a valuable economic partner.

Palavras chaves: Política Externa Brasileira; Política Externa dos Estados Unidos; Governo Barack Obama; Relações Brasil-Estados Unidos.

Key Words: Brazilian Foreign Policy; United States Foreign Policy; Barack Obama administration; United States-Brazil relations.

Submetido em 05/10/2015

Aceito em 05/12/2015